



68

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Embargos de Declaração nº: 0016876-02.2011.8.17.0000(242.264-8/01)
Comarca: Recife
Juízo: 2ª Vara do Tribunal do Júri
Embargante: Oscar Aracaty Rocha de Lima
Advogado: Bóris Trindade
Embargado: 1ª Câmara Criminal do TJPE
Relator: Des. Fausto Campos
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM HC. TEMAS DEBATIDOS E REPELIDOS PELA CORTE. REDISCUSSÃO. DESNECESSIDADE DE DISCUTIR UM A UM OS PONTOS SUSCITADOS. DECISÃO CONTRÁRIA MOTIVADA. SUFICIÊNCIA. PRECEDENTE DO STF. REPERCUSSÃO GERAL. POSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO DE TESTEMUNHA POR PRECATÓRIA, SEM OBRIGATORIEDADE DE COMPARECIMENTO. PRETENSÃO DE INSTAR TESTEMUNHA A COMPARECER AO JÚRI. NECESSIDADE E CONVENIÊNCIA. EXAME DE PELO JUIZ. INDEFERIMENTO MOTIVADO. OMISSÃO INOCORRENTE.

1. O julgador não está obrigado a discutir todos os questionamentos formulados pelas partes, bastando que, ao decidir de forma contrária, o faça motivadamente, expondo as razões fáticas e jurídicas do juízo de convencimento manifestado, sem importar omissão.

2. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. (Supremo Tribunal Federal. AI 791292 QO-RG/PE. Rel. Min. Gilmar Mendes. Tribunal Pleno. DJe. 13.08.2010).

3. Conquanto fosse possível ao juízo primevo determinar a expedição de carta precatória visando apenas intimar as testemunhas arroladas pela defesa e residentes em outros estados da federação, dando-lhes ciência de que foram arroladas nos autos do processo e que a sessão de julgamento estava designada para determinada data, no caso concreto o objetivo expresso nas petições formuladas voltava-se para a intimação das testemunhas a comparecer à sessão do Júri Popular.

4. Nesse norte, estava o pleito sujeito ao exame, pelo juiz a quo, da necessidade e oportunidade da diligência para o deslinde da causa, podendo o juiz, motivadamente, indeferir-las sem incorrer em nulidade.

5. Não há como reputar omissa aresto que, ainda que por razões diversas das elencadas na inicial, motivadamente, denegou o writ.

6. Embargos conhecidos e rejeitados. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração, em que figuram como partes as acima citadas. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade, pelo conhecimento e rejeição dos aclaratórios, nos termos do relatório, votos e demais peças que integram o julgado. Recife, 16 de junho de 2014.

Des. Fausto Campos - Relator



69

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Embargos de Declaração nº: 0016876-02.2011.8.17.0000(242.264-8/01)

Comarca: Recife
Juízo: 2ª Vara do Tribunal do Júri
Embargante: Oscar Aracaty Rocha de Lima
Advogado: Bóris Trindade
Embargado: 1ª Câmara Criminal do TJPE
Relator: Des. Fausto Campos
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuidam-se de embargos declaratórios opostos por **Oscar Aracaty Rocha de Lima** em face de decisão proferida por esta 1ª Câmara Criminal, quando do julgamento do HC n. 0007527-72.2011.8.17.0000 (242.264-8), com a pretensão de sanar omissão supostamente existente no julgado.

Sustenta-se que a impetração teve por fundamentação basilar a circunstância de o Superior Tribunal de Justiça ter anteriormente anulado o processo originário justamente por ter o juiz, àquela época, indeferido idêntico pleito de intimação, por carta precatória, de testemunha residente em outra comarca, todavia, ao proferir o aresto fustigado, não teria este Colegiado feito qualquer alusão à decisão do Tribunal da Cidadania, quedando-se omissos quanto à necessidade de cumprimento daquela decisão pelo juiz primevo.

Aponta, ainda, outras impropriedades do aresto, ressaltando, porém, que não são objeto dos aclaratórios, que cinge-se ao esclarecimento da aventada omissão pertinente ao cumprimento da decisão do STJ.

O Procurador de Justiça, Dr. Renato da Silva Filho, às fls. 20/22, ofereceu contrarrazões pugnando pela rejeição dos aclaratórios opostos.

Às fls. 24/25, foi requerida a juntada das peças de fls. 26/52.

Devido ao falecimento do saudoso Des. Romero Andrade, foi o feito redistribuído à relatoria do Des. Leopoldo Raposo, que por despacho de fl. 63, nos termos do art. 71, § 2º, do RITJPE, mandou redistribuir à minha relatoria.

Está feito o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Embargos de Declaração nº: 0016876-02.2011.8.17.0000(242.264-8/01)

Comarca: Recife
Juízo: 2ª Vara do Tribunal do Júri
Embargante: Oscar Aracaty Rocha de Lima
Advogado: Bóris Trindade
Embargado: 1ª Câmara Criminal do TJPE
Relator: Des. Fausto Campos
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO

Conforme relatado, ao sentir do Embargante o julgado atacado padece de eiva da omissão, por não apreciar a controvérsia jurídica versada no HC n. 242.264-8 à luz da decisão proferida pela 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do HC n. 4658/PE, impetrado em favor do Embargante, que resultou na anulação do processo originário.

Esta 1ª Câmara Criminal, em sessão realizada no dia 06.09.2011, à unanimidade, denegou o HC n. 242.264-8, mediante aresto assim ementado:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE HOMICÍDIO SIMPLES. ARTIGO 121, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. NULIDADE PROCESSUAL POR CERCEAMENTO DA DEFESA. DECISÃO QUE INDEFERIU INTIMAÇÃO DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA CONTRARIEDADE AO LIBELO. ARTIGO 422, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. O juiz instrutor do processo não pode deixar de intimar testemunha arrolada pela defesa na contrariedade do libelo. NULIDADE PROCESSUAL. ARTIGO 564, INCISO III, ALÍNEA 'H', DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. TOTAL IMPROCEDÊNCIA. TESTEMUNHAS RESIDENTES EM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA. Não há previsão legal para que a testemunha, residente n'outra comarca, seja intimada para se deslocar da comarca onde reside e vir à comarca do processo. Pretensão da defesa não é de que as testemunhas que residem nos estados do Piauí e da Paraíba venham a comparecer ao plenário do Tribunal do Júri, mas, apenas, que tomassem ciência da realização da sessão. É cediço o entendimento na doutrina de que para se realizar qualquer diligência requerida pela defesa, faz-se necessário sujeitar tal pedido à análise da necessidade e da oportunidade com relação ao contexto da ação penal, situação aferível pelo magistrado presidente da instrução processual, levando em consideração os juízos de proporcionalidade e razoabilidade. As decisões que indeferiram o pedido de expedição de carta precatória intimatória foram devidamente motivadas, em obediência ao disposto no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, afastando qualquer eiva de nulidade. Ademais, não haveria qualquer óbice legal para a defesa apresentar em plenário as testemunhas residentes nos estados do Piauí e da Paraíba, independente de intimação. Ordem denegada. Decisão unânime.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

O Plenário da Suprema Corte, analisando recurso reconhecido como de repercussão geral, reafirmou sua jurisprudência e, inclusive, autorizou os demais tribunais e juízes a adotar, nos termos do art. 543-B, § 3º do CPC, igual proceder nos recursos que eventualmente se oponham ao seguinte aresto:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791292 QO-RG/PE. Rel. Min. Gilmar Mendes. Tribunal Pleno. DJe. 13.08.2010).

Restou assentado no julgado embargado que, conquanto fosse possível ao juízo primevo determinar a expedição de carta precatória visando apenas intimar as testemunhas arroladas pela defesa e residentes em outros estados da federação, dando-lhes ciência de que foram arroladas nos autos do processo e que o julgamento estava designado para determinada data, no caso concreto o objetivo expresso nas petições constantes dos autos voltava-se para a intimação das testemunhas a comparecer à sessão do Júri Popular.

Nesse norte, estava o pleito sujeito ao exame, pelo juiz a quo, da necessidade e da oportunidade da diligência para o deslinde da ação penal, podendo o julgador, motivadamente, indeferi-las sem incorrer em nulidade.

Consignou-se, por fim, que realizado o julgamento, cumpria ao Embargante demonstrar à Corte o eventual prejuízo decorrente da ausência de intimação de testemunhas que não estariam obrigadas a comparecer ao plenário do júri, encargo do qual não se desincumbira a defesa.

Portanto, não há como reputar omissa aresto que, ainda que por razões diversas das elencadas na inicial, motivadamente, denegou o writ.

Por todo o exposto, conheço dos embargos e os rejeito.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.

Des. Fausto Campos
Relator